



## ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2026

Às 9h24 do dia 11 de fevereiro de 2026, no Auditório Vereador José Nantala Bádue da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, no prédio situado na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, sob a presidência da vereadora Camila Marino da Saúde, foi declarada aberta a **1ª audiência pública do corrente exercício**, convocada nos termos do Edital nº 6/2025, constando da pauta a **Prestação de Contas da Saúde referente ao 3º Quadrimestre de 2025**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Ofício nº 50/2026 - GS/SMSA. A vereadora **Camila Marino da Saúde** registrou a presença dela, presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura, Saúde, Saneamento e Assistência Social (CEC) e dos demais integrantes da referida comissão: vereadores Rafael de Oliveira, vice-presidente, Jocimar Scotti, Mauro Moreira e Soninha da Saúde, membros, como também dos vereadores Bruno Sucesso e Gabriel Gomes Curió. No ato de abertura da presente audiência, constavam cerca de 40 participantes na assistência, contando cidadãos presentes, assessoria parlamentar e/ou estagiários desta Casa, bem como representantes de outros órgãos ou instituições e membros da imprensa. A identificação constante deste documento segue o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), bem como mais especificamente as determinações constantes do Ato da Presidência nº 27, de 15 de maio de 2025, que adotou o Parecer Jurídico-Normativo nº 1/2025, que dispõe sobre o tratamento e compartilhamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal. Inicialmente, a **Presidente** discorreu sobre a excelência do trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, salientando que o Município tem assumido obrigações dos Governos Estadual e Federal para manter o atendimento à população. Em seguida, convidou a Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Carmen Sílvia Guariente**, para fazer parte da mesa dos trabalhos, agradecendo a presença dela, bem como da equipe da referida Secretaria e dos demais presentes. Aberto o espaço para a **Prestação de Contas da Área da Saúde referente ao 3º Quadrimestre de 2025**, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, saudou a todos, discorreu sobre o caráter democrático do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado no Princípio da Transparência, consistindo as apresentações trimestrais de prestação de contas, conforme previsão legal, em oportunidades de se debater a Saúde, propondo sugestões e melhorias. Informou que a prestação de contas ocorre nos meses de fevereiro, maio e setembro, sendo a próxima em maio, referente ao 1º Quadrimestre de 2026. Esclareceu que a apresentação atual abrange dados de Receitas, Despesas e produção do 3º Quadrimestre, correspondente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, a consolidação dos dados do ano de 2025. Explicou ainda que, conforme combinado na prestação de contas anterior, foram encaminhados previamente aos edis arquivos contendo pormenorizadamente os valores da mencionada prestação de contas, bem como outro em que os demonstra sucintamente, objeto da apresentação que segue como anexo desta ata. Iniciando a explanação, usou da palavra o servidor **Thiago dos Reis Ratis**, Coordenador



## ARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

do Fundo Municipal de Saúde, que apresentou os valores relacionados aos seguintes tópicos: Receita total do Município, Aplicação em Saúde, Receita por fonte de recurso, Receita por bloco de financiamento, Despesa por bloco de financiamento e Total das despesas por fonte de recurso. Dando continuidade à apresentação, a Sra. **Lisamara Dias de Oliveira Negrini**, servidora da Secretaria de Saúde, discorreu sobre a oferta e produção de serviços, referente ao 3º quadrimestre e ao acumulado do ano de 2025., apresentando as informações a seguir: na Atenção Primária à Saúde, foram contabilizadas 291.000 consultas médicas, 90.676 consultas de enfermagem, 104.303 consultas odontológicas e 257.760 procedimentos odontológicos. As equipes multiprofissionais realizaram 25.848 atendimentos individuais, 71.893 procedimentos e 767 ações coletivas. As visitas domiciliares totalizaram 7.128 médicas, 7.178 de enfermagem, 2.718 da equipe multiprofissional e 9 de cirurgião-dentista. Os Agentes Comunitários de Saúde realizaram 475.844 visitas. No Programa de Atendimento Domiciliar foram registrados 1.296 atendimentos médicos, 2.161 de enfermagem, 1.739 de outros profissionais e 15.437 procedimentos. Na Atenção Especializada, a Rede de Atenção Psicossocial contabilizou 12.795 atendimentos no CAPS II, 6.006 no CAPS AD e 5.734 no ambulatório infantojuvenil. No Planejamento Familiar foram realizados 1.000 atendimentos individuais, 215 grupos, 145 laqueaduras e 143 vasectomias. O Centro de Especialidades Odontológicas registrou 5.631 consultas e 21.202 procedimentos. O Espaço do Adolescente totalizou 6.329 atendimentos. O Centro Municipal de Reabilitação realizou 12.895 atendimentos, além de 3.829 atendimentos em parceria para pré e pós-operatório de ortopedia e neurologia. Nos serviços complementares ambulatoriais foram realizadas 72.340 consultas especializadas. Os exames laboratoriais somaram 1.075.000 análises. Foram realizadas 6.597 mamografias, 37.540 ultrassonografias e 43.623 outros exames de imagem. Na área hospitalar, em parceria com a Santa Casa, registraram-se 2.731 internações em clínica médica, 4.031 em clínica cirúrgica, 131 pediátricas e 73 ginecológicas/obstétricas. As cirurgias eletivas totalizaram 3.724. As diárias de UTI superaram o quantitativo credenciado, sendo parte custeada com recursos municipais. No atendimento de urgência e emergência, o SAMU realizou 28.620 ocorrências, com média mensal de 2.385 atendimentos. O Pronto-Socorro da Santa Casa registrou 92.267 consultas e 59.280 procedimentos de enfermagem. Foram realizados ainda 33.690 radiografias, 8.781 ultrassonografias e 11.558 tomografias. Na UPA Vila Davi ocorreram 158.979 classificações de risco, resultando em 126.630 atendimentos de Clínica Médica, 19.838 de Pediatria e 9.124 Odontológicos, com média diária de 433 atendimentos. Foram realizados 453.000 procedimentos de Enfermagem, 24.008 radiografias, 3.499 eletrocardiogramas e 3.475 transferências. Na UPA Bom Jesus, a Sra. **Lisamara Dias de Oliveira Negrini** disse que foram 132.144 classificações de risco, com 94.540 atendimentos de Clínica Médica e 32.574 de Pediatria, com média diária de 348 atendimentos, 389.000 procedimentos de Enfermagem, 29.000 radiografias, 44.000 exames laboratoriais, 2.468 eletrocardiogramas e 1.650 transferências. Na Vigilância em Saúde, a Vigilância Sanitária realizou 209 novos cadastros, 875 licenças, 8.763 inspeções e 11.722 procedimentos administrativos. As coberturas vacinais



## ARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

aproximaram-se das metas, com destaque para rotavírus (93,78%), VIP (93,22%), pentavalente (90,62%) e BCG (120,11%). No controle do *Aedes aegypti* foram 144.000 imóveis visitados, 82.000 trabalhados, 42.000 imóveis em bloqueios e 242 caminhões de inservíveis retirados em 106 bairros. Quanto aos agravos e programas prioritários, foram diagnosticados 32 casos de Tuberculose, 23 novos casos de HIV (13 evoluídos para AIDS), 185 casos de Sífilis, 3 de Hepatite B e 15 de Hepatite C. Foram realizados 20.000 testes rápidos. Não houve casos de *chikungunya*, *zika* ou microcefalia; foram confirmados 326 casos de dengue, 54 de *Influenza*, 97 de Síndrome Respiratória Aguda grave e 381 notificações de Violência Doméstica ou Sexual. Na Assistência Farmacêutica, foram atendidos 260.000 pacientes, com 53 milhões de medicamentos unitários dispensados. Na gestão do SUS, foram realizadas 2 auditorias especiais, 60 regulares e 88 processos de avaliação contratual. Houve inserção de 1.746 estudantes em 42 serviços como campos de estágio, 106 visitas técnicas, 19 pesquisas autorizadas e 35 ações educativas. Foram ofertadas 20 vagas de qualificação profissional. A Ouvidoria do SUS registrou 1.111 demandas, com 93% solucionadas no mesmo mês. O Serviço Social realizou 1.500 atendimentos individuais, abriu 100 processos sociais, articulou 455 casos com a rede, entregou 304 aparelhos auditivos, acompanhou 414 novos casos de oncologia e realizou 23 visitas domiciliares. O transporte agendado contabilizou 49.848 pacientes transportados em 4.305 viagens, com frota composta por veículos leves, vans e microônibus adaptados. O Conselho Municipal de Saúde realizou 12 reuniões ordinárias, com média anual de 62% de assiduidade dos conselheiros. Foram destacados ainda a ampliação de exames de espirometria, implantação de iniciativas de saúde digital, ações de uso responsável de atestados médicos e a entrega de 10 novas ambulâncias para o SAMU e transporte agendado. Ao final, a servidora reforçou o compromisso da equipe da Secretaria Municipal de Saúde com a qualidade do atendimento à população, ressaltando os limites orçamentários e que a responsabilidade pelo custeio do Sistema Único de Saúde é compartilhada entre os entes federativos e colocou-se à disposição para esclarecimentos. A **Presidente Camila Marino da Saúde** parabenizou a equipe da Secretaria Municipal de Saúde pelo trabalho abnegado em prol das pessoas, considerando o Sistema Único de Saúde como ele é e não como ele se gostaria que ele fosse. Informou ainda que os arquivos da Prestação de Contas estão disponíveis nos canais de comunicação da Casa. Também transmitiu os cumprimentos do vereador Jocimar Scotti, que acompanhou a apresentação de forma remota e pode constatar a qualidade do serviço de Saúde prestado à população. A vereadora **Soninha da Saúde** destacou que Bragança investiu aproximadamente 40% do orçamento na área da Saúde, percentual superior ao mínimo constitucional de 15%. Também apontou crescimento no número de procedimentos regulados, passando de cerca de 390 mil para 416 mil, evidenciando aumento na oferta de atendimentos. Ressaltou que o Município tem cumprido seu papel e que a equipe da Saúde vem desempenhando trabalho significativo, ponderando, contudo, que a maior participação do Governo do Estado poderia contribuir para resultados ainda mais expressivos. Defendeu a necessidade de atuação dos vereadores junto ao Estado, a fim de ampliar o



## SECRETARIA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

apoio à Saúde municipal. Manifestou preocupação com o aumento dos casos de violência sexual, conforme dados oficiais, destacando a importância de desenvolvimento de políticas públicas e ações de conscientização para enfrentamento do problema. Concluindo, parabenizou a Secretária Carmen e sua equipe, reconhecendo o empenho, responsabilidade e o compromisso dos profissionais que atuam na área, bem como a relevância do serviço prestado à população. O vereador **Mauro Moreira** cumprimentou os presentes, a equipe da Secretaria Municipal de Saúde e parabenizou os profissionais pelos resultados apresentados, destacando a redução da incidência de infecções sexualmente transmissíveis e os elogios recebidos pelo serviço do SAMU. Ressaltou que programas bem estruturados e com gestão adequada dependem, sobretudo, do compromisso e motivação das equipes. Apresentou reflexão acerca do volume de atendimentos realizados pelo SUS no município. Considerando população estimada em 180 mil habitantes, com cerca de 40% possuindo plano de saúde, ponderou que aproximadamente 110 mil pessoas utilizam o SUS. Ao relacionar dados de atendimentos nas unidades de saúde, pronto-socorro e atenção primária, apontou número aproximado de 700 mil consultas no período, questionando a viabilidade do sistema diante desse volume. Defendeu maior resolutividade da atenção primária, ampliação de sua abrangência, implantação de protocolos, melhor planejamento e otimização dos recursos, a fim de reduzir a demanda por atendimentos de urgência e especializados, considerados mais onerosos. Em resposta, a servidora Sra. **Lisamara Dias de Oliveira Negrini** esclareceu que parte da demanda decorre do envelhecimento populacional e da alta prevalência de doenças crônicas, como Hipertensão, Diabetes e transtornos de Saúde Mental, que exigem acompanhamento periódico. Reconheceu, contudo, a necessidade de aprimorar o acesso e a resolutividade da atenção primária, informando que medidas vêm sendo adotadas nesse sentido, inclusive com reestruturação de parcerias, celebração de convênio com a Santa Casa de Itatiba, capacitação de profissionais e fortalecimento dos processos de trabalho. A Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, informou que o contrato anterior está em fase de encerramento, inclusive porque a parceira anterior não compreendia a necessidade de atendimento das demandas de atendimento e estruturação que lhe eram apresentadas, e que o novo modelo busca maior alinhamento com os princípios do SUS, com foco na organização do cuidado, redução de filas e melhoria do atendimento. Destacou-se também a realização de cursos de aperfeiçoamento em atenção primária, com ampla adesão de profissionais do município. A vereadora **Camila Marino da Saúde** ressaltou a importância da fiscalização dos contratos, clareza nas responsabilidades pactuadas e da união entre as instituições de saúde do município e da região. Mencionou as dificuldades de realização de melhorias estruturais em unidades de saúde pela parceira anterior e destacou como a relevância regional do município como referência em Saúde para cidades vizinhas. Ponderou ainda que a sessão ordinária seria mais adequada para a participação de representantes da Santa Casa de Itatiba e da Secretária Municipal de Saúde tendo em vista a participação de todos os vereadores. Concluindo, reiterou elogios à equipe local do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) pelo trabalho prestado. O vereador **Rafael de Oliveira**



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

cumprimentou as equipes da Secretaria Municipal de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia local e do SAMU, agradecendo pelos esclarecimentos prestados. Destacou a importância das emendas impositivas dos vereadores, informando que cada parlamentar dispõe de aproximadamente R\$ 274 mil, sendo obrigatória a destinação mínima de 50% à Saúde, o que pode representar incremento significativo de recursos ao setor. Relatou que destinou parte de sua emenda impositiva para melhorias estruturais em unidade de saúde e para custeio de consultas, alinhadas previamente com a Secretaria de Saúde e com a Santa Casa local, visando reduzir demandas reprimidas. Informou também que tem buscado recursos junto a deputados estaduais e federais, mencionando compromisso assumido por parlamentares para envio de verbas à Saúde Municipal, incluindo o Centro de Referência da Saúde da Mulher. Ressaltou que, com a atuação conjunta dos vereadores na captação de recursos, é possível ampliar consideravelmente o financiamento da Saúde no município. O vereador enfatizou que o Município já investe percentual elevado de recursos próprios na Saúde, superior ao mínimo constitucional, e que o trabalho realizado é expressivo, conforme demonstram os números de produção apresentados. Continuando, reconheceu que há pontos a serem aprimorados, mas defendeu o reconhecimento dos serviços prestados e dos profissionais que atuam na área. Relatou experiências pessoais positivas em atendimentos recebidos na UPA, na Santa Casa e pelo SAMU, destacando a agilidade e a qualidade do serviço, inclusive em situações de urgência envolvendo familiares e munícipes. Chamou atenção para o índice aproximado de 30% de faltas em consultas e exames agendados, ressaltando o impacto financeiro e organizacional dessas ausências e defendeu maior conscientização da população quanto à responsabilidade no comparecimento ou no cancelamento prévio de atendimentos. A vereadora **Camila Marino da Saúde** solicitou esclarecimentos acerca da reestruturação da Atenção Primária, conforme divulgado na imprensa oficial, enfatizando a importância da melhoria das unidades básicas de saúde como porta de entrada do SUS, tanto para qualificação do atendimento à população quanto para melhores condições de trabalho aos profissionais. O vereador **Mauro Moreira** solicitou a palavra para complementar debate anterior, manifestando concordância parcial com pronunciamento precedente, mas divergindo quanto à afirmação de que o Município poderia limitar sua participação ao percentual mínimo constitucional. Destacou que, embora o financiamento do SUS seja tripartite, a gestão da Saúde é responsabilidade do Poder Executivo Municipal, sendo, portanto, indevida a limitação do compromisso do Município ao percentual mínimo legal. Ressaltou que a qualidade do atendimento prestado nas unidades é reconhecida pela população, afirmando que o principal problema reside na demanda reprimida e no acesso aos serviços. Questionou, ainda, a responsabilidade pela não instalação de cobertura em unidade básica de saúde, indagando se a obrigação era da organização social ou da Secretaria, apontando possível falha de gestão ou fiscalização. A Secretária, Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, esclareceu que a responsabilidade constava no contrato da organização social, que foi devidamente notificada, e que foram adotadas medidas administrativas cabíveis, incluindo glosas e aplicação de penalidades. Informou que a não-renovação do contrato representa a principal medida diante



## SECRETARIA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



do descumprimento contratual. A servidora **Lisamara Dias de Oliveira Negrini** discorreu sobre as dificuldades enfrentadas em processos licitatórios para aquisição de itens de pequeno valor, relatando insucesso em tentativas de contratação e justificando a utilização de parcerias para maior agilidade. O servidor **Thiago dos Reis Ratis** complementou informando que a fiscalização das organizações sociais é rigorosa, com conferência mensal de quadro de pessoal, serviços executados e valores repassados, sendo descontados recursos correspondentes a obrigações não-cumpridas. A vereadora **Soninha da Saúde** solicitou esclarecimentos acerca do novo modelo de gestão da Saúde por meio de convênio, com expectativa de maior eficiência na aquisição de medicamentos e na execução de serviços. Em resposta, a Secretária Municipal de Saúde Sra. **Carmem Sílvia Guariente** detalhou as dificuldades enfrentadas no abastecimento de medicamentos, especialmente em razão de problemas logísticos do Governo do Estado, divergências de entrega e atrasos em insumos como Insulina e medicamentos da saúde da mulher, bem como os impactos desta problemática à saúde mental dos farmacêuticos que atuam na Secretaria Municipal de Saúde. Informou que medidas estratégicas estão sendo adotadas, incluindo novas licitações, adesão a atas, utilização de consórcios e previsão de compras diretas com recursos próprios para evitar desabastecimento. Salientou que a presente Prestação de Contas se refere aos gastos custeados com recursos do Município. A servidora Sra. **Cláudia Luana Primon**, responsável-técnica pela assistência farmacêutica, relatou as dificuldades operacionais relacionadas à logística estadual, divergências em notas fiscais e atrasos de fornecimento, ressaltando que a Secretaria tem buscado alternativas junto a outros municípios e instituições para garantir o atendimento à população. Também informou sobre o avanço na descentralização da dispensação de medicamentos da Saúde Mental para unidades da zona rural, facilitando o acesso dos usuários e reduzindo custos de deslocamento. A Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, explicou que, com a evolução da metodologia de apresentação das prestações de contas relacionada ao ano de 2026, serão disponibilizadas informações sobre a testagem de COVID-19 e dengue, com disponibilização de testes nas unidades básicas e pronto atendimentos, visando aprimorar a vigilância epidemiológica e possibilitar ações de bloqueio oportunas. Por fim, destacou a importância do alinhamento entre atenção primária, UPAs e Santa Casa, reforçando a necessidade de integração do sistema para garantir continuidade do cuidado e melhor organização dos fluxos assistenciais. No uso da palavra, o vereador **Gabriel Gomes Curió** cumprimentou a Secretária, os vereadores e os demais presentes, agradecendo a oportunidade de participar da prestação de contas, registrando tratar-se de sua primeira participação em ato dessa natureza. Inicialmente, contextualizou que o ano anterior foi desafiador tanto para o Legislativo quanto para o Executivo, mencionando dificuldades enfrentadas e a necessidade constante de solucionar problemas emergenciais. Destacou que, embora possua divergências políticas em relação ao grupo que administra o Município, entende que tais diferenças fazem parte do processo democrático e institucional. Ressaltou que, na condição de vereador de oposição, por diversas vezes adotou postura crítica em relação à atuação da Secretaria de Saúde, inclusive utilizando



## ARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



a tribuna para manifestar discordâncias. Contudo, afirmou que a participação na prestação de contas lhe permitiu obter um panorama mais técnico e detalhado da realidade da pasta, reconhecendo a complexidade da gestão da saúde pública, especialmente diante da elevada demanda de atendimentos, superior à população local. O vereador ponderou que a atuação na vida pública exige a transição da teoria para a prática, sendo necessário enfrentar problemas concretos, sobretudo em uma área sensível como a saúde. Nesse contexto, fez um adendo positivo em relação à gestão compartilhada das Unidades de Pronto Atendimento pela Santa Casa local, registrando que, à época da implantação, optou por aguardar o prazo de seis meses antes de emitir avaliação. Passado o período de adaptação, afirmou perceber sinais positivos, com relatos de melhora no atendimento, maior agilidade nos serviços e redução de demandas nas unidades, conforme devolutivas recebidas de munícipes. Destacou que, embora mantenha críticas à Administração Municipal em outros aspectos, reconhece avanços na Saúde do município. Informou que destinou a maior parte de suas emendas parlamentares à área da Saúde, sendo aproximadamente noventa por cento direcionadas à Santa Casa, por confiar na instituição e manter bom relacionamento com sua gestão, reafirmando o compromisso de investir recursos na melhoria do atendimento à população. Apontou, contudo, que persistem desafios relevantes, especialmente no que se refere ao abastecimento de medicamentos, inclusive medicamentos controlados, enfatizando a necessidade de encontrar soluções para tais demandas. Declarou perceber, após ouvir os técnicos da Pasta, que não há desinteresse na resolução dos problemas, mas sim dificuldades estruturais que exigem esforço conjunto. Reforçou que a oposição deve ser exercida de forma responsável e construtiva, reconhecendo que, muitas vezes, a atuação firme do vereador de oposição visa provocar reflexão e impulsionar melhorias na gestão. O vereador **Gabriel Gomes Curió** colocou seu mandato à disposição da Secretaria para diálogo e cooperação institucional, ainda que mantendo postura crítica quando necessário. Manifestou expectativa de avanços, como o funcionamento do Centro de Referência mencionado e a regularização do fornecimento de medicamentos, além da continuidade dos resultados positivos da gestão compartilhada, inclusive com a participação da Santa Casa de Itatiba. Por fim, desejou êxito à Secretária e reiterou sua disposição para colaborar. Em resposta, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, agradeceu a manifestação do vereador, reconhecendo a importância da divergência no processo democrático. Afirmou que o debate faz parte da construção das políticas públicas e que opiniões distintas contribuem para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde. Ressaltou que, internamente, as reuniões da equipe também são marcadas por discussões técnicas e posicionamentos diversos, culminando em consensos voltados ao interesse público. Destacou que críticas fundamentadas devem ser analisadas com isenção, independentemente da origem política, defendendo que as manifestações da população, inclusive por meio da ouvidoria e redes sociais, sejam consideradas como instrumentos de aprimoramento da gestão. Quanto às emendas parlamentares destinadas à Santa Casa, esclareceu que os recursos, ainda que direcionados à instituição, integram o orçamento da Saúde e tramitam pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

submetidos a planejamento, elaboração de plano de trabalho, definição de prioridades, negociação de valores, regulação de filas e monitoramento da execução. Explicou que há equipe técnica responsável pelo acompanhamento da aplicação dos recursos, garantindo controle, fiscalização e cumprimento dos objetivos pactuados. Enfatizou que a destinação de recursos à Santa Casa é positiva e beneficia os munícipes, mas ressaltou que todo o processo passa pela estrutura administrativa da Secretaria, que estabelece prioridades, agenda atendimentos conforme a regulação e acompanha o cumprimento das metas estabelecidas. No uso da palavra, o vereador **Mauro Moreira** destacou a importância da transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente no que se refere às emendas parlamentares. Ressaltou que, diante do cenário nacional de questionamentos acerca da correta aplicação de emendas, é fundamental que haja controle rigoroso e fiscalização efetiva, a fim de afastar qualquer dúvida sobre a destinação dos valores. Pontuou que compete aos vereadores acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, verificando, por exemplo, quantos procedimentos efetivamente foram realizados com determinado montante destinado, reforçando que tal atuação integra o papel constitucional do Legislativo. Na sequência, a servidora Sra. **Janini Granda Braga de Freitas**, responsável pela Central de Regulação, manifestou-se esclarecendo que a regulação municipal é realizada com critérios técnicos e rigorosos. Citou como exemplo o mutirão de cirurgias ginecológicas, explicando que o primeiro passo foi levantar o número de pacientes já aguardando procedimento junto aos prestadores, evitando encaminhamentos desnecessários e garantindo melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Informou que a classificação para procedimentos cirúrgicos e exames especializados não se limita à ordem cronológica, mas considera critérios de risco, gravidade, condições sociais, mobilidade, idade e condições clínicas do paciente. Ressaltou que a regulação exige análise criteriosa para assegurar justiça e eficiência no acesso, não se tratando de simples organização de fila. Destacou ainda que os Pedidos de Informações formulados pelos vereadores são legítimos e fazem parte do processo democrático, afirmando que a equipe atua com segurança técnica e clareza quanto aos procedimentos adotados, em articulação com a Santa Casa, outros prestadores e o ambulatório de especialidades. Retomando a palavra, o vereador **Mauro Moreira** reconheceu a complexidade da criação de mecanismos de priorização, mas enfatizou a necessidade de maior transparência na fila de espera, considerando que o vereador é frequentemente demandado pela população. Relatou situações recebidas de munícipes envolvendo demora na realização de exames e procedimentos, citando como exemplo casos de pacientes com quadro de maior gravidade aguardando por período prolongado. Defendeu que os critérios de prioridade devem ser baseados em risco e evidências epidemiológicas, definidos pela equipe técnica responsável pelo atendimento inicial. A Secretária Sra. **Carmem Sílvia Guariente**, por sua vez, esclareceu que os critérios de priorização existem e são técnicos, especialmente nos casos de alta complexidade regulados por instâncias regionais. Contudo, afirmou que o principal problema enfrentado pelo Município é a insuficiência de oferta de vagas em média e alta complexidades, cuja responsabilidade é majoritariamente do



## ARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Governo do Estado e da União. A Secretária Sra. **Carmem Sílvia Guariente** explicou que o Município aplica percentual elevado de recursos próprios na Saúde, inclusive assumindo demandas que extrapolam suas obrigações constitucionais, o que limita a capacidade de ampliação da oferta. Informou que a Secretaria participa de fóruns regionais e mantém diálogo com representantes estaduais e federais, buscando ampliação de investimentos e regionalização dos serviços. Relatou que houve avanços recentes, como ajustes em tabelas de financiamento, mas que tais medidas ainda não são suficientes para suprir a demanda reprimida. Destacou que o papel do Município é organizar a Atenção Primária, estruturar a regulação e agendar as vagas disponibilizadas, mas que a concretização do acesso depende da efetiva disponibilização de vagas pelos demais entes federativos. Acrescentou que a equipe de regulação atua de forma ágil para não perder vagas ofertadas, inclusive aproveitando redistribuições regionais quando outros municípios não utilizam suas cotas. Informou também que um dos desafios enfrentados é o absenteísmo, estimado em percentual significativo dos agendamentos, sendo estudadas estratégias para confirmação prévia e redução de faltas. O vereador **Mauro Moreira** reiterou que continuará buscando mecanismos legislativos que ampliem a transparência das filas e da demanda reprimida, inclusive por meio de proposições normativas já respaldadas por jurisprudência, entendendo que tal medida contribuirá para reduzir dúvidas e críticas da população. A **Secretária Carmem** complementou informando que a unificação de filas integra diretriz nacional recente, dentro do programa federal Mais Especialistas, cujo objetivo é integrar sistemas e permitir maior visibilidade das demandas distribuídas entre diferentes prestadores e municípios. Explicou que atualmente não há Sistema Único que permita visualizar integralmente todas as filas externas ao município, o que dificulta a consolidação das informações. Destacou que a unificação é um desafio estrutural que depende de integração entre sistemas estaduais e federais. A Sra. **Flávia Oliveira**, representante da Santa Casa de Bragança Paulista, comentou posicionamento anterior do vereador Gabriel Gomes Curió quanto à gestão das Unidades de Pronto Atendimento, reconhecendo a importância da avaliação responsável e destacando o compromisso institucional da entidade com a transparência e a melhoria contínua dos serviços, colocando-se à disposição para visitas e acompanhamento das atividades. No uso da palavra, a vereadora **Soninha da Saúde** iniciou agradecendo a oportunidade e, na sequência, fez considerações a respeito da fala anterior da servidora Janini sobre os Pedidos de Informações encaminhados à Secretaria. Relatou que já atuou na área de regulação e que vivenciou diretamente a rotina de elaboração de respostas aos referidos pedidos encaminhados pelo Legislativo, os quais, em sua maioria, tratavam de exames, cirurgias ou situações específicas de munícipes. Esclareceu que, ao preparar tais respostas, a equipe buscava contextualizar não apenas o caso individual, mas também o panorama geral da fila, incluindo pacientes em situação mais grave ou com maior tempo de espera, na expectativa de que as informações subsidiariam ações institucionais junto a instâncias regionais, estaduais ou federais. A vereadora destacou que o Pedido de Informação é instrumento legítimo e relevante do Poder Legislativo, mas ponderou que, muitas vezes, as respostas obtidas não se desdobram em



## CASA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

medidas concretas para buscar recursos, articulação política ou soluções estruturais. A vereadora **Soninha da Saúde** mencionou que, em determinados períodos, observou elevado número de pedidos de informação, sem que houvesse mobilização correspondente para enfrentar as causas da demanda reprimida. Ressaltou que, em sua atuação parlamentar, ao formular Pedidos de Informações, procura solicitar dados completos, incluindo quantitativo de pacientes na fila e perfil da demanda, com o objetivo de subsidiar reuniões com deputados, com a Secretaria de Estado da Saúde e com o Ministério da Saúde, visando à obtenção de recursos, planejamento e estratégias efetivas de enfrentamento dos problemas. Defendeu que a atuação parlamentar deve ir além do discurso em tribuna, exigindo articulação prática e busca ativa por soluções. O vereador **Gabriel Gomes Curió** argumentou que cada parlamentar possui base de atuação distinta e que, na condição de vereador de oposição, por diversas vezes se utiliza do instrumento do Pedido de Informação como ferramenta de fiscalização. Ressaltou que, em algumas situações, mesmo tendo conhecimento prévio do conteúdo das respostas, opta por formalizar o pedido com o objetivo de obter documento oficial, devidamente registrado nos anais da Casa. Esclareceu que a formalização por meio de documento escrito confere respaldo para eventuais denúncias, fundamenta sustentações orais em plenário e assegura embasamento jurídico e institucional às manifestações realizadas. Pontuou que, por vezes, há entendimento equivocado de que determinados pedidos seriam feitos de forma meramente reiterativa ou sem finalidade prática, quando, na realidade, visam garantir registro formal e segurança documental. O vereador também mencionou que já foi alvo de críticas, inclusive em redes sociais, por integrantes de grupo político, em razão da quantidade de Pedidos de Informações apresentados, reiterando, contudo, que a documentação oficial possui peso relevante no exercício da função fiscalizatória. No uso da palavra, a vereadora **Camila Marino da Saúde** registrou que o debate realizado foi enriquecedor, destacando a importância das informações apresentadas acerca do funcionamento do Sistema Único de Saúde, da regionalização e das responsabilidades compartilhadas entre município, Governo do Estado e União. Ressaltou que o SUS é uma realidade concreta, sustentada por esforço e dedicação diária dos profissionais da Saúde. Mencionou a importância da gestão do Fundo Municipal de Saúde, com atuação técnica na área financeira e de auditoria, como elemento que assegura clareza e controle na aplicação dos recursos públicos. A vereadora afirmou que, em sua atuação parlamentar, nunca interferiu na destinação específica de recursos junto à Secretaria de Saúde ou à Santa Casa, nem condicionou a aplicação de emendas a interesses pessoais ou familiares. Esclareceu que eventual vínculo familiar com profissional da área da Saúde não implica ingerência na aplicação de recursos, ressaltando que os trâmites seguem critérios técnicos e administrativos. Abordou a questão do abastecimento de medicamentos, mencionando dificuldades decorrentes de programas estaduais e reforçando a necessidade de planejamento e contingenciamento para evitar desabastecimento. Destacou a relevância de mecanismos contratuais que possibilitem maior economicidade na aquisição de insumos, entendendo que tais medidas fortalecem o atendimento à população. No tocante à transparência das filas e ao programa Mais Especialistas, registrou



## ARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

a realização de mutirão de cirurgias ginecológicas e urológicas, com atendimento a pacientes que aguardavam há longo período, ressaltando que a iniciativa decorreu de adesão do Município ao referido programa federal, mediante articulação institucional e elaboração de projetos técnicos. Continuando, a vereadora **Camila Marino da Saúde** esclareceu que emenda impositiva de sua indicação destinada à Santa Casa encontra-se suspensa em razão de ação judicial, destacando que não figura como ré ou investigada e que o recurso sequer foi executado. Pontuou que diversos vereadores destinaram emendas à instituição, reafirmando que tais recursos seguem trâmites formais e controle administrativo. Relatou ainda que tem buscado interlocução junto a instâncias estaduais e federais para tratar de casos de alta complexidade, inclusive por meio de ofícios e articulações institucionais, reconhecendo as limitações do Município para absorver determinadas demandas que extrapolam sua competência. Enfatizou que a gestão municipal tem protocolado projetos relevantes junto ao Ministério da Saúde, alguns já aprovados, resultado de trabalho técnico da equipe da Secretaria, reiterando que o processo envolve diálogo institucional e cumprimento de exigências formais. Durante a manifestação, houve intervenções do vereador **Mauro Moreira**, que questionou a extensão da fala, tendo em vista a indicação anterior da oradora sobre a necessidade de celeridade nas manifestações em virtude do prolongar da presente seção, e ponderou acerca da pertinência de determinados apontamentos no contexto da comissão. Em determinado momento, registrou-se troca de manifestações entre os parlamentares acerca do tempo de fala e do escopo do debate, tendo sido ressaltado que a comissão existe para garantir o direito de manifestação dos vereadores. Em seu pronunciamento final, a Secretária Sra. **Carmem Sílvia Guariente** fez uso da palavra e destacou que será necessário o apoio de todos os vereadores, ressaltando que a causa é comum e que o objetivo da discussão é enfrentar os problemas existentes na rede municipal de Saúde e buscar soluções viáveis. Informou que praticamente todos os prédios da Saúde apresentam problemas estruturais, como infiltrações, inadequações de espaço físico e desconformidades com as exigências da Vigilância Sanitária, mencionando que há unidades com salas que não atendem às normas técnicas e limitações na rede elétrica, impossibilitando inclusive a instalação de aparelhos de ar-condicionado. Relatou que o Prefeito autorizou a buscar habilitação para financiamento junto ao Ministério da Saúde, por meio de linha vinculada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo sido elaborado projeto técnico em prazo exíguo. Destacou que diversos municípios brasileiros apresentaram propostas e que Bragança Paulista foi contemplada, no montante de 96 milhões de reais, abrangendo todas as unidades de saúde. Esclareceu que o processo segue agora para etapa de autorização e formalização do financiamento. Ressaltou que a proposta contempla todas as unidades, incluindo as Unidades de Pronto Atendimento, para as quais foram previstos aproximadamente 12 milhões de reais para cada uma, com foco prioritário em adequações estruturais. Pontuou que não se trata de pequenos reparos pontuais, mas de intervenções estruturais amplas, como substituição de telhados e readequações elétricas e físicas, a fim de garantir conformidade com as normas técnicas e sanitárias. Esclareceu que, atualmente,



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

os projetos de obras da Saúde são desenvolvidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e a Vigilância Sanitária, diferentemente do que ocorria anteriormente, quando as intervenções eram realizadas sem o devido parecer prévio, o que gerava retrabalhos e problemas posteriores. A Secretária Sra. **Carmem Sílvia Guariente** ainda informou que cada projeto será elaborado com participação das equipes das respectivas unidades, da Vigilância Sanitária e dos responsáveis técnicos, de modo a definir fluxos e necessidades específicas. Argumentou sobre a importância da agilidade na tramitação do processo no âmbito da Câmara, considerando a incerteza quanto aos prazos de liberação dos recursos e a necessidade de antecipação para não perder oportunidades. Colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos técnicos, informando que as questões financeiras específicas poderão ser detalhadas pelo setor competente. Complementando, o servidor **Thiago dos Reis Ratis**, Coordenador do Fundo Municipal de Saúde, esclareceu acerca das emendas parlamentares, informando que, quando chegam ao setor financeiro, não constam informações sobre o autor da emenda, mas apenas cadastro e numeração específica com indicação expressa da finalidade do recurso. Enfatizou que o sistema não permite alteração da destinação, pois cada emenda possui código próprio de aplicação e, atualmente, conta bancária específica e exclusiva, da qual só é possível realizar pagamentos vinculados ao objeto definido. Assim, destacou que não há possibilidade de redirecionamento dos valores para finalidade diversa da estabelecida na própria emenda. A presidente da audiência, vereadora **Camila Marino da Saúde** agradeceu a presença de todos os participantes, colocando a Comissão de Educação e Cultura, Esporte, Saúde, Saneamento e Assistência Social, da qual também é presidente, bem como toda a Câmara Municipal, à disposição para colaborar no que for necessário. Ainda registrou pedido de desculpas pela discussão ocorrida durante a reunião, reconhecendo que o debate, por vezes, pode se acalorar, sendo, em determinadas situações, necessário para o esclarecimento dos pontos tratados. Ressaltou que todos estão sujeitos a equívocos, mas manifestou entendimento de que, no caso em questão, agiu de forma adequada. Nada mais tendo sido tratado, os trabalhos foram encerrados às 12h10 e, de tudo o que houve, eu, Gabriel Pedro Moriondo, Assistente de Gestão Legislativa, redigi a presente ata, revisada por Erika Regina Leonetti, Especialista em Gestão Legislativa, que, lida e considerada conforme, vai assinada pela presidente da audiência pública. Os pronunciamentos constam, na íntegra, dos serviços de gravação da Câmara Municipal, como arquivo permanente. A versão digitalizada da apresentação realizada segue anexa à presente ata. Casa do Poder Legislativo, 19 de fevereiro de 2026.

**CAMILA MARINO DA SAÚDE**  
Presidente da Audiência Pública



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bragança Paulista. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://braganca.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=8KRY-U400-AYU5-J6DD>, ou vá até o site <https://braganca.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 8KRY-U400-AYU5-J6DD**